



“Combates” por uma história da mídia e do jornalismo no Brasil¹

Ana Paula Goulart RIBEIRO²
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Marialva Carlos BARBOSA³
Universidade Federal Fluminense

RESUMO

O texto faz um balanço crítico-reflexivo sobre as pesquisas que têm como foco a história do jornalismo no Brasil, procurando estabelecer algumas premissas teóricas e metodológicas para a construção dessa história como processo, considerando-se também como fundamental para a sua realização a ênfase às teorias da história. O artigo reúne diversas reflexões críticas que têm sido desenvolvidas em relação à história da mídia e do jornalismo e, apesar de constarmos que houve não apenas um aumento quantitativo, mas de complexificação de muitas das análises, ainda discordamos dos caminhos teóricos de muitos desses estudos desenvolvidos no país.

PALAVRAS-CHAVE: História; jornalismo; balanço crítico; aportes teóricos

TEXTO DO TRABALHO

A história do jornalismo brasileiro tem crescido significativamente nos últimos anos. Nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e em História de diferentes universidades do país multiplicam-se os estudos cujo foco de análise é os meios de comunicação, de maneira geral, e o jornalismo em particular. Também tem crescido o número de monografias de final de curso de graduação dedicadas ao tema, assim como a quantidade de publicações, tanto sob a forma de livros quanto de artigos.

Nos últimos anos, também têm aumentado os fóruns de debate sobre a história do jornalismo, tanto os ligados aos meios impressos, mas também aos radiofônicos, aos televisivos e mesmo aos digitais. A Anpuh (Associação Nacional de Historiadores), a Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação) e a Alaic (Associação Latino-americana de Investigadores da Comunicação) criaram espaços especialmente destinados à discussão do tema. E a Compós (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação), apesar de não ter um GT próprio sobre história, abriga discussões desse gênero no seu grupo de estudos de jornalismo.

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ. apgoulart@terra.com.br

³ Professora do PPGCOM-UFF e Pesquisadora Visitante da UFRJ (CNPq). mcb1@terra.com.br



A constituição da Associação Brasileira de História da Mídia (Alcar), em 2008, reunindo centenas de pesquisadores de todas as regiões do país, é emblemática nesse sentido. É necessário se levar em consideração que, no interior da entidade, há um claro predomínio de trabalhos desenvolvidos em torno da história do jornalismo, o que demonstra o quanto a temática tem feito parte das preocupações dos estudiosos brasileiros.

Esse crescimento da pesquisa e dos espaços de discussão sobre história – que acreditamos ser de institucionalização desse campo de pesquisa – tem ocorrido apesar da prevalência da abordagem “presentista” da maioria dos estudos no campo da comunicação, que em geral privilegia aspectos e problemas relacionados à contemporaneidade: a pós-modernidade, a globalização, as novas tecnologias da informação etc.

Enquanto professoras de História do Jornalismo (ou de disciplinas similares, como História da Imprensa, da Comunicação, do Rádio e da TV etc.), que já há vários anos trabalham juntas no desenvolvimento de pesquisas na área, nós nos sentimos particularmente satisfeitas com os avanços do campo de reflexão histórica da mídia e do jornalismo no interior dos estudos de comunicação. Entretanto, também nos sentimos incomodadas com algumas questões que se apresentam de forma hegemônica na maioria dos trabalhos desenvolvidos nessa área e que nós consideramos como problemas para o seu avanço.

Neste artigo, propomo-nos reunir um conjunto de reflexões críticas que já temos feito – ora individualmente, ora juntas – em relação à história da mídia e do jornalismo que é produzida no Brasil. Apesar de constatarmos que houve não apenas um crescimento quantitativo, mas também uma complexificação de muitas das análises realizadas, ainda discordamos de uma série de características dos estudos desenvolvidos no país. E nos propomos, aqui, elencar alguns deles.

Não pretendemos, obviamente, ser as “donas da verdade” em relação à história da comunicação. Mas acreditamos no nosso direito de defender uma determinada posição teórica e metodológica em relação à área. E, nesse sentido, este texto é um texto de combate, na acepção mais próxima possível daquela que lhe deu os historiadores da Escola dos Annales. Combatemos por um determinado modelo de história, aquele que consideramos mais interessante e rico para responder as questões e problemas que a reflexão sobre a comunicação nos coloca hoje. E brigamos contra visões e práticas que, na nossa opinião, impedem o avanço dessa reflexão.



Concordamos plenamente com a máxima de Lucien Febvre de que só é possível compreender o presente por meio do passado, da mesma forma que se compreende o passado por meio do presente. Por mais que essa afirmação tenha se tornado, de certa forma, lugar comum nos estudos de história, acreditamos profundamente nela e pensamos que, sobretudo nesse momento, é de fundamental importância recordá-la.

Um rápido balanço

O aumento do número de trabalhos de história do jornalismo não tem correspondido a um amadurecimento das reflexões sobre o tema. Nos encontros e congressos realizados, por exemplo, constata-se que as discussões teóricas e metodológicas ainda são escassas. Os debates se limitam muitas vezes às análises empíricas dos trabalhos apresentados.

Há um grande número de pesquisas dedicadas aos meios de comunicação em diferentes estados e que buscam dar conta das especificidades da configuração histórica do jornalismo locais e regionais. Esses trabalhos têm crescido bastante em número e espelham a articulação dos programas de pós-graduação em diferentes estados do país. Os estudos sobre os jornalismo regionais – apesar dos importantes resultados gerados – não têm redundado em pesquisas ou análises comparativas. Isso provoca distorções graves, que impedem o amadurecimento das reflexões na área. É como se, por exemplo, as pesquisas sobre a imprensa do Piauí ou do Espírito Santo tivessem um interesse restrito, apenas para a população e estudiosos desses estados.

Predominam as pesquisas monográficas, centradas em temas bastante específicos (um periódico, por exemplo) ou em determinados períodos de tempo (em geral, não muito extensos). Esses trabalhos são, obviamente, de grande relevância. Sem eles não seria possível conhecer em profundidade determinadas práticas, instituições ou conjunturas. Mas é necessário também haver trabalhos de síntese, que sistematizem didaticamente o conhecimento acumulado nas pesquisas específicas e que possam funcionar como subsídio para o desenvolvimento de novas investigações.

A *História da Imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, publicado pela primeira vez em 1966, há mais de quarenta anos, é ainda hoje o principal texto de síntese utilizado pelos estudiosos da história dos meios de comunicação no país. Trata-se, é claro, de uma obra importante, um trabalho de fôlego, que traz informações detalhadas e preciosas da imprensa brasileira de 1808 até os anos 1960. Mas não deixa de ser sintomático – e preocupante – que quase nada tenha sido escrito depois dele.



Outro ponto a considerar é que a historiografia sobre o jornalismo brasileiro é feita predominantemente no Sudeste, essencialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Uma consequência disso é que, muitas vezes, as pesquisas são desenvolvidas pela perspectiva dessa região. E características dos meios de comunicação jornalísticos desenvolvidos nessas localidades acabam sendo tratadas como nacionais. Isso tem relação com o lugar de destaque e de pioneirismo que São Paulo e Rio ocupam na pesquisa acadêmica do país, tanto na área de comunicação quanto na de história.

É preciso, entretanto, levar em consideração que a ênfase no eixo Rio-São Paulo, ainda que superestimada, tem alguma justificativa conceitual. O Rio merece, de fato, um lugar de destaque na história do jornalismo brasileiro pelo papel que ocupou como capital política do Império e, depois, da República. Aquilo que se fazia na cidade tinha certamente repercussões nacionais, e isso não pode ser negligenciado. Da mesma forma, São Paulo, já na metade do século XIX, se constituiu como o principal eixo econômico do país. E, muitas vezes, a imprensa da região estabeleceu padrões e lógicas hegemônicas no desenvolvimento dos meios de comunicação no resto do país.

O problema com esta perspectiva é que existem dinâmicas locais de grande complexidade que escapam a essas determinações hegemônicas (ou estabelecem com ela um tipo de relação específica), que muitas vezes acabam sendo desconsideradas por esses estudos. Nem sempre se pode generalizar os processos sociais de um contexto para o outro: há que se considerar as especificidades dos tempos e dos espaços sociais. Isso, no nosso entender, é fundamental.

Uma outra característica que nos preocupa na história do jornalismo que se faz no Brasil é o predomínio de uma perspectiva memorialista. Há uma grande quantidade de trabalhos, nos quais o tratamento dado às questões relativas à história é, muitas vezes, o da efeméride. Nesses casos, o texto acadêmico se aproxima da narrativa testemunhal. Muitos estudos são ainda tributários de uma idéia de história orientada e baseada em grandes feitos, singularidades, particularidades dos grandes personagens. Adota-se principalmente uma visão que privilegia a ruptura, produzida por fatos considerados marcantes e sucedidos numa linearidade absoluta de tempo.

Além disso, há também um grande número de memórias propriamente ditas, de relato de jornalistas e de outros homens da mídia. Nas últimas décadas, a quantidade de publicações desse tipo é impressionante. Esses testemunhos constituem, obviamente, precioso material de pesquisa, mas devem ser encarados como fontes para a



compreensão do passado e não como índices absolutos da sua verdade histórica. Em outras palavras, é preciso considerar o trabalho da linguagem e de enquadramento da memória realizado pelos narradores.

Há também uma valorização da história oral, fortemente observada na formação de acervos memorialistas tanto em universidades, ligados a projetos individuais ou institucionais, quanto em empresas e outras instituições. Essa profusão de relatos memorialistas, tanto orais quanto escritos, é extremamente interessante para o pesquisador da história do jornalismo, pois gera grande quantidade de material para o seu trabalho. Entretanto, quando considerados no interior do que se tem chamado cultura da memória, esses relatos colocam alguns desafios teóricos para o pesquisador do jornalismo. Beatriz Sarlo (2005) observa que, na contemporaneidade, a descrença numa verdade única produz, como um efeito paradoxal, a idéia de que o gênero testemunhal é capaz de dar sentido à experiência. Evidentemente, a valorização da subjetividade – e, conseqüentemente, dos relatos individuais – deve ser necessariamente problematizada.

E esse nos parece ser um dos pontos mais difíceis de superar. Os estudos que envolvem a questão histórica originários da comunicação são ainda, em sua maioria, tributários de uma idéia de história baseada em grandes feitos e na atuação singular de grandes atores sociais, como já dissemos. Muitos trabalhos centram suas análises nas ações individuais dos atores envolvidos, negligenciando as dinâmicas e os processos institucionais e macrossociais. Essa característica é, justamente, uma conseqüência ou um sintoma do que estamos chamando de perspectiva memorialista dos estudos de jornalismo.

A idéia de história do jornalismo (e da mídia em geral) – sobretudo aquela produzida no campo da comunicação – está impregnada de uma visão na qual a temporalidade linear e a sucessão de acontecimentos dão o tom da narrativa. Adota-se principalmente uma visão que privilegia a mudança, produzida por fatos considerados marcantes. As tensões e especialmente as articulações entre ruptura e continuidade poucas vezes são levadas em conta.

O caráter descritivo é freqüentemente mais marcante do que o analítico. Há um peso maior nos aspectos empíricos do que nos teóricos. Muitos textos apenas acompanham o aparecimento e o desaparecimento de periódicos ou de emissoras, numa perspectiva preferencialmente factual. Parece haver na comunicação uma dificuldade em desenvolver a imaginação sociológica (ou histórica), no sentido que lhe foi atribuída



por Wright Mills (1982): uma percepção que consiga dar conta do complexo jogo que se processa entre os homens e a sociedade, a biografia e a história, o eu e o mundo; uma sensibilidade capaz de relacionar as micro e macroestruturas, de compreender os cenários mais amplos em termos de seus significados para a vida íntima das pessoas. Acreditamos que isso é um sintoma da ausência nos estudos da comunicação de uma teoria da história ou mesmo de consistente metodologia de pesquisa e análise históricas.

Nos trabalhos de historiadores e de outros cientistas sociais, esse quadro (de mais descrição do que análise) é um pouco distinto. Pertencentes a disciplinas mais antigas e com tradição de pesquisa mais consolidada, esses pesquisadores levam algumas vantagens em termos de teoria e de metodologia. Mas é curioso observar que é no campo da história política que se desenvolvem os mais importantes trabalhos. No Brasil, ao contrário de outros lugares do mundo, é menor a quantidade de investigações ligadas à história social da cultura. A influência de autores como Robert Darnton (1995) e Roger Chartier (1990 e 1999) – apesar de presente em algumas produções – não é predominante. Em termos de metodologia de pesquisa, vale a pena destacar, mais uma vez, que, com frequência, a análise dos produtos midiáticos se conjuga com o uso da história oral. A influência maior parece advir da chamada História do Tempo Presente, perspectiva que tem como marco fundador as obras de autores como François Bédarida e Henry Rousso.

Outra observação importante a considerar na produção da história do jornalismo no Brasil é que alguns trabalhos abordam a mídia como portadora de ideologias, mas não levam em conta as condições de produção do produto jornalístico, tanto institucionais quanto histórico-sociais mais amplas. Ou algumas vezes, quando essas condições são consideradas, as relações estabelecidas entre elas são de causalidade mecânica.

Por outro lado, há trabalhos que sofrem do problema inverso: abordam o contexto histórico, mas desconsideram as dimensões propriamente jornalísticas: aspectos empresariais, técnicos, discursivos, deontológicos e profissionais; as rotinas de produção; as tensões e disputas dentro do campo etc. Esta característica – o que é fácil compreender – é encontrada com mais frequência nos trabalhos realizados por historiadores do que nos dos jornalistas ou outros profissionais da comunicação. Os pesquisadores da comunicação, na sua maioria, já tiveram alguma experiência prática de exercício profissional em empresas de comunicação (como repórteres, editores, fotógrafos, publicitários etc.). Por isso, muitos deles conhecem as engrenagens de



produção por dentro e levam em consideração essa dimensão em suas análises. A questão é que muitos ficam presos a elas e não conseguem fazer aquilo que para o historiador e para o cientista social, ao contrário, é mais fácil: a passagem para considerações mais amplas.

O problema é que muitos dos estudos de história dos meios de comunicação diz respeito ao fato de as questões comunicacionais aparecerem ora como fonte, ora como personagens secundários na narrativa. Muitas vezes, os estudos sobre história da imprensa e do jornalismo, em particular, balizam as análises pelos processos mais gerais da sociedade. Assim, é no bojo de uma série de transformações políticas, sociais, econômicas, culturais que os jornais (ou os meios de comunicação) são incluídos, como atores secundários. Propomos a inversão dessa lógica. Os processos comunicacionais são analisados (isto é, o texto), mas levando-se em conta evidentemente o mundo no qual se desenvolviam, ou seja, o contexto.

Pensa-se também muitas vezes a história dos meios ou a partir de parâmetros mais amplos, sem considerar as questões pertinentes ao chamado campo da comunicação. Claro que há pesquisas que fogem a esta abordagem estreita, mas podemos afirmar, sem medo das generalizações, que há também o predomínio da idéia de história como integralização de fatos ocorridos no passado a serem descritos no presente. Vez por outra surgem teses e dissertações inovadoras e cujo cerne da discussão centra-se, realmente, em aspectos relativos ao conhecimento dos processos históricos envolvendo o jornalismo e a comunicação de maneira mais geral.

Muitos estudos ainda são governados pela lógica de descobrir o que teria de fato acontecido nos tempos idos. Importa descortinar a gênese, quando tudo começou, como uma espécie de tempo fabuloso do início.

Podemos sintetizar esse balanço crítico a partir de um diagnóstico que fizemos, há alguns anos, ao agrupar a maioria dos estudos históricos dos meios de comunicação em quatro eixos (Barbosa e Ribeiro, 2005). Num primeiro grupo dominam os estudos cuja principal tarefa seria descrever, de maneira linear e orientada, o aparecimento e o desaparecimento de periódicos que teriam tido significação no passado, numa perspectiva essencialmente factual. O segundo conjunto de textos concentra-se em analisar as modificações nas estruturas internas dos jornais. São, em geral, trabalhos monográficos dedicados à pesquisa de um único periódico ou de um pequeno grupo deles. O principal problema localizado nessas abordagens é que a maioria das vezes não estabelece conexões entre as características descritas e observadas nos periódicos e as



transformações históricas e sociais, centrando a análise nas ações individuais dos atores envolvidos nesses processos. A história figura como espécie de pano de fundo, como conjuntura para personagens que se movimentam. Não é a história constitutiva dos sujeitos e de suas ações.

Um terceiro conjunto de textos aborda os jornais como portadores de conteúdos políticos e ideologias, não analisando a historicidade propriamente dos meios de comunicação. São trabalhos que se preocupam prioritariamente em descortinar as características discursivas dos periódicos sem enfatizar a sua historicidade nos limites específicos de cada tempo e espaços sociais. E, finalmente, um quarto grupo é composto por pesquisas que enfocam o contexto histórico no qual os periódicos vão se inserindo do seu surgimento à sua evolução e desaparecimento, desconsiderando a dimensão interna dos meios, assim como a lógica do campo, os seus aspectos técnicos, discursivos e profissionais. Novamente, na maior parte dos casos, a história aparece meramente como pano de fundo e a correspondência entre o interno e o externo é trabalhada mais descritivamente do que de maneira explicativa.

Apesar dos esforços de alguns pesquisadores, essas perspectivas ainda continuam, em certa medida, dominantes nos estudos de história do jornalismo. E poucas são as pesquisas desenvolvidas em que a dimensão da historicidade dos meios de comunicação e, do jornalismo em particular, está contemplada. Enfatiza-se ora o texto (jornal) longe do seu contexto (mundo social). Ou, de forma inversa, prioriza-se o contexto (mundo social) e insere-se, pontualmente, nesse universo o jornal como uma espécie de acidente de percurso.

Os conceitos fundamentais da teoria da história também são extremamente importantes, do ponto de vista teórico, para quem se dedica à história dos meios de comunicação e o desconhecimento desse aporte teórico dificulta muitas vezes a abordagem. Em alguns momentos a opção por não utilizar os conceitos da teoria da história é deliberada. Opta-se por produzir uma análise a partir das teorias próprias do campo comunicacional, já que no momento em que se vive a construção do saber na área ainda seria importante essa afirmação teórica, para construir um lugar de fala validado e reconhecido.

Entretanto, para nós, é impossível ter uma visão histórica sem refletir sobre temporalidade, sobre a questão dos espaços sociais (optaremos pelos particularismos ou pelas generalizações?), sobre processos e sistemas, sobre relações sociais e, por último, sobre narrativa e interpretações. A história pode trabalhar, por exemplo, com pesquisas



pontuais, que se referem a um espaço social específico, mas após essa particularização é fundamental realizar, como já enfatizamos, sínteses conclusivas. Passa-se, pela teoria da história, do texto ao contexto, ou seja, dos jornais aos lugares culturais nos quais estão inscritos, com todas as particularidades das épocas históricas a que estamos nos referindo. E tudo isso não pode ser esquecido por quem quer fazer história, mesmo aquelas que necessitam de uma adjetivação para delimitar um lugar de fala.

O anacronismo que, muitas vezes, se produz em alguns estudos cujo foco é o passado é resultante também do olhar que do presente se lança aos tempos de outrora. Muitos dos nossos valores, das nossas construções míticas e idealizações podem impregnar as análises, imputando-se formas de ver o mundo dos nossos contemporâneos aos nossos predecessores.

A comunicação como processo e a história como sistema

Há alguns anos demarcamos como fundamental para a construção de uma história dos meios de comunicação (no qual o jornalismo e outros processos comunicacionais estão envolvidos) a necessidade de se considerar a comunicação como processo complexo. Não se trata apenas de retórica discursiva, mas de, na base da análise empírica, se trabalhar teoricamente com os processos que estão imersos num mundo pleno de significados e que envolvem não apenas os produtores dos textos (ou das textualidades).

O processo comunicacional diz respeito ao mundo que é representado por alguém, submetido a práticas históricas, em algum lugar, e que se materializa sob a forma de trocas com um outro. Representa-se um mundo e cria-se um outro mundo aberto a apropriação crítica daqueles que, imersos num mundo cultural, produzem diálogos a partir das práticas, nas quais os processos comunicacionais têm amplo significado. Trata-se de considerar o mundo, o texto, o contexto e um novo texto que volta ao mundo e à apropriação crítica daqueles que se depararam com esse universo discursivo.

Claro que esse tipo de análise envolve uma considerável complexidade, mas pode-se enfatizar nos estudos ora um aspecto, ora outro, sem deixar nunca de considerar que o processo comunicacional materializa-se em sistemas históricos.

Tudo isso a partir da pressuposição de que houve um passado e que cabe a nós reinstalar a *passeidade* desse passado, mostrando que os homens de outrora passaram



por aqui e deixaram suas marcas. A partir dessas pegadas reinterpretemos esse passado a partir do presente, procurando, entretanto, avançar além do anacronismo.

Quando se trata da história da mídia e do jornalismo em particular isso é ainda mais problemático. Normalmente produzida por profissionais que, no passado, estiveram envolvidos nos processos produtivos e que carregam muito do *habitus*, no sentido empregado por Bourdieu, desse lugar real e simbólico, não causa estranheza que, muitas vezes, reproduzam nas análises os parâmetros deontológicos, discursivos e as práticas que permeiam o campo profissional. Mesmo munidos de ferramentas teóricas ou metodológicas, os homens de imprensa quando imersos no mundo da reflexão reproduzem, do ponto de vista histórico, uma idealidade das práticas históricas desse universo comunicacional. Daí, ao nosso juízo, a predominância de estudos que destacam grandes feitos, grandes nomes, figuras emblemáticas, rupturas e que representam transformações sempre singulares e únicas do mundo do jornalismo.

Fazer história do jornalismo pode ser estabelecer ações no sentido de estudar um *corpus* específico de textos ou de textualidades, considerando também a relação dos leitores com esses objetos culturais. É preciso, ao interpretar o passado, perceber os significados plurais dos textos que circulavam na sociedade e também como os leitores se relacionavam com esses textos. É necessário visualizar como as idéias eram transmitidas via textos e como a palavra impressa afetava o comportamento daqueles que tinham diretamente contato com aqueles textos.

O que propomos para a construção de uma história do jornalismo é, em primeiro lugar, levar em conta as premissas da escrita da história, tais como foram tão bem explicitadas por Michel De Certeau (1982), e em segundo lugar considerar as especificidades de se estar lidando com textos e textualidades.

Neste sentido, o modelo proposto por Robert Darnton (1995) para a construção de uma história social e cultural da comunicação impressa é primoroso. É preciso desvendar quem escrevia nesses periódicos, que estratégias esses impressos empregavam para buscar um público mais amplo – ou seja, apelos, valores e estratégias evocados no seu discurso -, como funcionavam essas empresas e de que forma os textos chegavam ao público. Percorrido esse caminho é fundamental ver ainda como os leitores entendiam os sinais na página impressa, quais eram os efeitos sociais daquela experiência. As inovações devem ser pensadas como circunstâncias de natureza política, econômica ou tecnológica e, sobretudo, na relação direta com o público.



Falar em jornalismo e história é, pois, instaurar uma pesquisa complexa que percebe a produção de mensagens como textualidades: os significados podem escapar a consciência do autor; há uma ambigüidade, a ser considerada, entre o significado e a intenção; a intencionalidade é parte do processo de comunicação; não há uma unicidade entre a linguagem que constrói o significado e os atos de apropriação. Há que se considerar as falas nas quais também emerge o público, reivindicando uma participação, inserida em outra temporalidade e em outras fimbrias de percepção.

Pensar a correlação mídia e história não é necessariamente pensar o passado isolado nele mesmo. O valor do estudo do passado está na reinterpretação que pode fornecer perspectivas sobre o presente. Os fatos não são dados objetivos ou descobertas. Na verdade, são elaborados a partir do tipo de pergunta que se faz acerca dos fenômenos que se colocam diante do pesquisador. Cabe à pesquisa que tenha essa perspectiva de recuperar emblemas, vestígios e sinais do passado fornecer uma dimensão histórica às interpretações sobre as mídias contemporâneas. É preciso não forçar uma distinção entre fato e ficção, visualizando na própria obra o elemento ficcional e percebendo nos relatos do passado a sua característica de texto, onde estão presentes diferentes formas de imaginação (BANN, 1994 e WHITE, 1994).

Pensar historicamente as mídias é construir uma pesquisa em torno da questão discursiva, da produção de subjetividades, dos liames culturais e das relações de poder da sociedade. Por outro lado, as relações mídia e história se fazem também pela busca dos vestígios, dos sinais, dos emblemas memoráveis que se inscrevem nas próprias práticas discursivas. Não interessa apenas o que foi registrado, mas também o oculto, o silenciado, os vestígios que restam desse passado.

Nessa história, destaca-se a apreensão do social e a percepção da narrativa como lugar da imaginação produtora de sentidos, visualizando o processo da comunicação como um sistema histórico. Neste processo tem tanta importância o conteúdo, o produtor da mensagem e a mensagem, como a forma como o leitor entendeu, nos limites de sua cultura, os sinais impressos. Importa, pois, a apropriação diferenciada de mensagens feita por este que nomeamos público e que viveu num mundo pleno de significados. Importa, sobretudo, os testemunhos do passado, apreendidos como reconstrução ou “trabalhos de memória”.

Propomos, portanto, a reconstrução (e sempre como reconstrução) da história dos meios a partir dos indícios. É preciso entender como as idéias são transmitidas,



como os meios de sua transmissão têm enorme ingerência sobre a significação da mensagem e como o contato com a palavra afeta o comportamento dos sujeitos sociais.

A história que propomos visualiza o objeto suporte da difusão de um tipo de comunicação, mas sobretudo analisa relações de natureza social que existem no lugar e no tempo de circulação dessas mensagens. Analisa acontecimentos que pertencem a nosso passado, mas que constituíram o futuro dos homens de outrora (RICOUER, 2001).

Tal como a operação da memória, portanto, a história não se refere ao passado, mas ao presente. Tal como a operação da memória, também a história se faz através da dialética fundamental entre lembrança e esquecimento. E tal como a operação da memória, também fazer história pressupõe disputas por um território de significados.

Mas história não é memória

Apenas a título conclusivo e para não deixar dúvidas que não estamos igualando a operação historiográfica à operação memorável resta estabelecer alguns parâmetros teóricos preliminares fundamentais para o entendimento do processo de re-configuração do passado, num trabalho minucioso de reconstrução operado pelo pesquisador localizado no centro de um teatro performático.

Ainda que a memória seja um conector fundamental que permite a visualização de uma dada imagem do passado e também se constitua numa abertura fundamental em direção a esse mesmo passado permitindo a “operação historiográfica” (CERTEAU, 1982), em sua tripla dimensão (a fase documental, a explicativa/compreensiva e a escrita) a memória não é história.

O pesquisador que se dedica a re-interpretar esse tempo que denominamos passado busca nos documentos certa certificação desse lugar temporal que chega ao presente sempre sob a forma de rastros e vestígios. Em seguida, lança um olhar em direção a esses tempos idos e direciona perguntas fundamentais, a partir da presunção de que algo aconteceu, já que deixou uma marca. Compreende-se a inscrição que o passado deixou no presente e formula-se uma explicação, a partir de idéias que se correlacionam para esse passado. E, por último, produz uma escrita. O produto final da operação historiográfica é sempre uma escrita e, como tal, submetida aos parâmetros da representação. Como afirma Paul Ricoeur (2000), representação é uma espécie de duplo na história: ao mesmo tempo em que os conectores históricos (tempo calendário, seqüência de gerações e rastros) operam a certificação de um passado que existiu,



representando-o, também a escrita da história se coloca no lugar do passado que existiu, mas não faz mais parte do tempo que denominamos presente. Portanto, a história é *representância*, isto é, uma narrativa que possui a autoridade de construir o passado, como realidade, e fazer dele objeto científico de conhecimento.

Mas, enquanto a história é uma disciplina que usa inclusive a memória, transmutada em testemunhos, como possibilidade de acesso ao passado (o testemunho indica que houve uma experiência singular para alguém no passado), a memória é um trabalho, que coloca sempre em referência o esquecimento. A memória é dialética fundadora no espírito humano, em relação com a categoria imaginação e com a possibilidade do esquecimento. Memória é experiência vivida, configurada pela dialética lembrança e esquecimento, lugar de disputas, conflitos, na busca incessante por sentido. A historiografia, por outro lado, é permanente desconstrução, operação intelectual que exige interpretações, análises, críticas, que aponta para as diferenças, tensões e interditos (NORA, 1993).

Como enfatiza Chartier (2009), graças ao excepcional livro de Paul Ricoeur (2000), as diferenças entre memória e história podem ser tratadas com clareza. Em primeiro lugar, a memória produz a autenticidade do testemunho como algo vivido no passado. O testemunho dá ao portador daquela reminiscência a autoridade de ter presenciado algo que aconteceu e que pode trazer de volta. Mas para a historiografia o passado chega, sobretudo, através do que está inscrito (documento), indicando a presença imortalizada do passado.

Além disso, o testemunho, diretamente vinculado às artes da memória, possui índices de um tempo em que o conhecimento se dava pela possibilidade de recordação. Já com o documento, a palavra decorrente dos trabalhos da memória é substituída pela inscrição, ou seja, pelo que foi gravado sob a forma de escritura e, portanto, construído para ser perpetuado. Submetidos pelo historiador ao exercício crítico, os documentos serão, a partir de uma série de postulados que se transformam em métodos, desconsiderados ou qualificados como verdadeiros ou falsos.

Se o juízo crítico em contraposição à certificação na primeira ação da operação historiográfica é o que produz a distinção entre objeto memorável e objeto documental, a questão da temporalidade particulariza a segunda distinção entre memória e história. Enquanto a reminiscência é imediata, a construção do juízo histórico se faz pela explicação das regularidades e causalidades ou pela explicação por razões. Portanto, no segundo nível da operação historiográfica – explicação/compreensão – está sob o foco a



formulação argumentativa do pesquisador que estabelece correlações entre um antes e um depois, particulariza as causas ou procura explicar a singularidade do fato tomado como histórico.

Em terceiro lugar é preciso considerar que enquanto a memória é reconhecimento do passado, história é representação desse mesmo passado, cuja intenção máxima é a verdade. Para isso se vale de documentos e de modelos teóricos e metodológicos. Para Ricoeur (2000) a questão da representação está indubitavelmente ligada à história em dois níveis: como objeto da história e como ferramenta da história. Ou seja, ao explicar/compreender busca-se uma dada representação do passado, cujo resultado final é uma escritura com a pretensão de representar o verdadeiro passado.

A memória é a primeira abertura em direção ao passado. É pela memória que o passado se torna algo que pode ser representado pela escrita da história, ao mesmo tempo em que a memória se torna uma espécie de “fiador da existência de um passado que foi e não é mais” (CHARTIER, 2009, p. 23). Enquanto a história é regida pela epistemologia da verdade, a memória é governada pela idéia de fidelidade. Enquanto a memória é fundamental para indicar a presença do passado no presente, construindo laços culturais fundadores entre comunidades, indivíduos e grupos, a história é antes de tudo um saber universalmente reconhecido como científico.

Além da memória, há outros conectores fundamentais para se acessar o passado: o rastro e a seqüência de gerações são também fundamentais. O rastro indica a passagem de alguém no passado por algum lugar e pode se materializar de múltiplas maneiras: na cultura material, nos documentos registrados, nos templos, monumentos e outros edifícios de uma cultura memorável que se desenvolve ao longo do tempo.

Muito ainda poderíamos falar dessas formas de acessar o passado, levando-se sempre em conta que o que fazemos é re-interpretar o passado a partir do presente onde se inclui necessariamente nossas estruturas de imaginação sob a forma de imagens-lembrança de um tempo que já passou. Entretanto não é esse o objetivo desse texto, cujo principal foco foi defender uma certa posição teórico-metodológica na busca de uma história do jornalismo (ou da mídia) como sistema de comunicação.

Considerações Finais

Como pesquisadoras que se dedicam há mais de duas décadas aos estudos históricos envolvendo o jornalismo, parece-nos fundamental para empreender qualquer análise histórica o conhecimento de um universo teórico que enfatiza as particularidades



das reinterpretações do passado nos limites dos processos e dos sistemas históricos nos quais foram configurados.

Portanto, ao se fazer história do jornalismo estamos fazendo, sobretudo, história e, para tal, considerando as premissas fundamentais de qualquer análise histórica. Demarcando uma temporalidade regida pelo terceiro tempo da história, o calendário; considerando certos instrumentos de pensamento (como os documentos, a cultura material e outros rastros que indicam a passagem do passado) para mostrar que o passado possui nele mesmo um significado, mas que só poderá ser acessado a partir de um olhar que coloca em cena valores e indagações do presente; percebendo a complexa configuração de um contexto no qual os textos que destacamos fazem sempre parte desse todo indelével. Assim, não podemos estudar processos históricos do jornalismo desconectados do mundo social no qual estavam inseridos. Não podemos estudar processos comunicacionais sem a necessária correlação com o tempo social de sua produção e o espaço social de sua realização.

Tudo isso a partir de um esforço que é de, tão somente, perceber o passado. Um passado que só chega até sob a forma de rastros, que nada mais são do que atos comunicacionais dos homens do passado que perduraram no tempo. Deixando uma marca que pode estar depositada num lugar físico construído para abrigar documentos (os arquivos), mas podem igualmente estar em fímbrias de narrativas que teimosamente continuam nos informando os passos do passado.

Aqueles que se dedicam à história do jornalismo – como aqueles que se dedicam à qualquer história – irão igualmente selecionar entre esses múltiplos vestígios os que darão conta das perguntas que dirigimos ao passado. Será preciso, então, entre os múltiplos rastros, separar, reunir, transformar em documentos, coletar, analisar e produzir um texto.

A especificidade da história que contamos quando enfocamos os meios de comunicação é que será sempre preciso recuperar o complexo sistema de comunicação no qual múltiplos atores e processos estão envolvidos. As dimensões social, tecnológica, econômica, política, em uma palavra, cultural, devem ser contempladas. Nessa história como processo interessam as múltiplas relações dos atores envolvidos com os sistemas comunicacionais de cada época. É possível remontar múltiplos circuitos de comunicação; é possível visualizar como eram lidas e compreendidas aquelas mensagens; é possível igualmente perceber as tramas do poder nos quais os produtores dos textos estavam envolvidos.



Fazer uma história que envolva os meios de comunicação não é apenas informar ou analisar o que esses meios publicavam; não é tão somente discorrer sobre as estratégias discursivas dessa imprensa; não é também se limitar a alinhar os grandes nomes e os grandes feitos dos homens de imprensa. É dar conta de um processo comunicacional que envolve sempre o que foi produzido, quem produziu, porque produziu, para quem produziu. Como eram essas mensagens produzidas; como circulavam esses impressos; que materialidades possuíam; que atores estavam envolvidos ao longo do processo. E, por último, a quem eram destinadas. Mas não basta completar esse circuito com o momento em que esses impressos chegavam aos leitores. É preciso mais: é preciso compreender e perceber de que forma esse público realizava a interpretação de um texto que sempre chega ao mundo e a ele volta no momento em que produz compreensão. Nesse instante, gera um outro texto, uma apropriação crítica, uma transformação.

É também por este circuito, que se completa invariavelmente na apropriação crítica realizada pelos leitores, que os atos comunicacionais chegam do passado ao presente como rastros e restos, permitindo ao pesquisador contar histórias.

Compreender (e compreender é também explicar) é em última instância o que pretendemos atingir quando postulamos reconstruir um passado que coloca em cena os processos comunicacionais dos homens de outrora. A história do jornalismo (e da mídia) também refigura um mundo que existe nos rastros e restos, mas sobretudo como estrutura imaginativa recolocada em cena por aquele que se arvora o direito de trazer o passado para o presente.

REFERÊNCIAS

- BANN, S. **As invenções da história**. Ensaios sobre a representação do mundo. São Paulo: UNESP, 1994.
- BARBOSA e RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “Por uma história da mídia”. Texto apresentado no congresso da INTERCOM. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Brasil (1900-2000). Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre as práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.



- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CHARTIER. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1995.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro, FGV, 2006.
- MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- NORA, Pierre. “Entre memória e história”. **Projeto História**. São Paulo: EDUC, n. 10, 1993, p. 7-28.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “Mídia e lugar da história”. In HERSCHMANN, Micael e PEREIRA, Carlos Alberto M. (orgs.). **Mídia, memória & celebridades**. Rio de Janeiro: Ed. E-Papers, 2003.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **A imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. Rio de Janeiro: Ed. E-Papers, 2007.
- RICOEUR, Paul. **À l'école de la phénoménologie**. Paris: Vrin, 1986.
- RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Seuil, 2000.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Volumes 1, 2 e 3. Campinas: Papyrus, 1994, 1995, 1996.
- RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- RICOUER, Paul. “O passado tinha um futuro”. In: MORIN, Edgar. **A religião dos saberes. O desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- WHITE, H. **Trópicos do Discurso**. Ensaio sobre a crítica da cultura. São Paulo: UNESP, 1994.
- WILLIAMS, Raymond (org). **Historia de la comunicación: de la imprenta a nuestros días**. Barcelona: Bosch Comunicación, 1992.